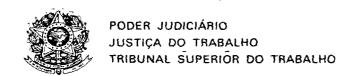


A C Ó R D Ã O SBDI1 RLL/ss/lp

> URP DE FEVEREIRO DE 1989. A repetição de julgados reconhecendo o direito adquirido dos trabalhadores ao reajuste relativo à URP de fevereiro de 1989 induziu o Tribunal Superior do Trabalho a sumular a matéria na forma do Enunciado nº 317 desta Corte, o que, entretanto, não mereceu respaldo do STF, que reconheceu a legitimidade da supressão do pagamento do respectivo percentual, ao entendimento de que os correspondetes dispositivos legais que regulavam a matéria teriam sido revogados antes que se completassem todos os elementos definidores do direito adquirido, circunstância que afastaria a hipótese de retroação das normas revogadoras. O respeito aos pronunciamentos da Corte, que tem a função precípua de intérprete maior dos dispositivos constitucionais, levou o Tribunal Superior do Trabalho a cancelar o referido enunciado e a direcionar-se no mesmo sentido interpretativo, reconhecendo que a hipótese de revogação das leis relativas à política salarial não produziu efeitos nocivos ao direito adquirido, porque inexistente a prestação de serviços nos meses da revogação, o que impossibilitou seu exercício. AJUDA DE CUSTO-ALIMENTAÇÃO. A ajuda-alimentação tem nítido caráter de ajuda de custo. É devida ao bancário, sujeito à jornada normal, quando prorrogada. Como a jornada normal do bancário só excepcionalmente pode ser prorrogada (art. 225 da CLT), seus hábitos alimentares e consequentes despesas são alterados de surpresa pela convocação para prorrogá-la. Para fazer frente às inesperadas despesas, recebe a ajuda de alimentação (§ 2° do art. 457 da CLT). **DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS**. "Descontos Salariais. Art. 462, CLT. Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativa associativa dos seus trabalhadores, em seu benefício e dos seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada



existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico." (Enuciado nº 342 do TST). Embargos conhecidos e providos.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-118.739/94.7, em que é Embargante BANCO BRADESCO S/A e Embargada ELIANE BRASÍLIO DA ROCHA.

A Quarta Turma conheceu de ambas as Revistas interpostas. Deu provimento ao recurso da Reclamante para deferir as diferenças salariais relativas à URP de fevereiro de 1989 e à devolução de descontos. Negou provimento ao recurso do Reclamado para manter a condenação quanto aos reflexos e integração da ajuda-alimentação.

Inconformado, interpõe Recurso de Embargos o Reclamado, fundamentados no art. 894, alínea **b**, da CLT, trazendo arestos que entende divergentes e apontando violência ao art. 5°, II e XXXVI, da Constituição Federal.

O Despacho de fls. 308 admitiu os Embargos, que não mereceram impugnação.

A douta Procuradoria-Geral, em Parecer de fls. 311, opina pelo prosseguimento do feito.

É o relatório.

VOTO

I - CONHECIMENTO

1 - URP DE FEVEREIRO DE 1989

A matéria evidenciada nos autos envolve o reconhecimento de ofensa a um dos princípios constitucionais porque o fundamento adotado pelo acórdão embargado é de que existiría direito adquirido dos trabalhadores ao reajuste salarial pleiteado, qual seja: URP de fevereiro de 1989.

Nos Embargos, a argumentação consiste em afirmar a inexistência do direito adquirido ao citado reajuste, por não se terem verificado as condições necessárias ao respectivo surgimento, o que atrairia a incidência do princípio da legalidade e justificaria a sustentação de ofensa ao artigo 5°, incisos II e XXXVI, da Carta Magna.

O Tribunal Superior do Trabalho, no exercício de sua função jurisdicional de aplicação da lei ao caso concreto, convenceu-

se de que os requisitos que definem a caracterização do direito adquirido estariam presentes na hipótese, pois considerava que o advento das normas modificadoras da política salarial vigente teria sido posterior ao período de aquisição do direito aos reajustes salariais. Nesse sentido, foi editado o Enunciado nº 317 desta Corte, que, apesar de cancelado, expressava-se no sentido de que o reconhecimento do direito adquirido dos empregados aos reajustes pleiteados seria a tese que melhor adequava os fatos à lei.

Todavia, quanto à URP de fevereiro de 1989, é imperativa a adoção da tese eleita pela jurisprudência dominante deste Tribunal, que reconhece a hipótese de violação do artigo 5°, II e XXXVI, da Constituição Federal.

Ademais, o segundo aresto transcrito às fls. 304 adota tese divergente ensejando o conhecimento.

Assim, conheço dos Embargos por divergência e ofensa à norma constitucional.

2 - AJUDA-ALIMENTAÇÃO

A Turma concluiu que "A parcela era concedida pelo empregador, em razão do contrato e paga com continuidade. Logo tinha natureza jurídica salarial. Consequentemente deveria ser considerado o seu valor para o cálculo de outras parcelas trabalhistas". (fls. 299)

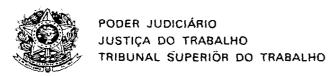
Sustenta o Embargante que a ajuda-alimentação visa compensar despesas resultantes da maior permanência no local de trabalho, em face da prorrogação de horário laboral, tendo, portanto, cunho indenizatório, não objetivando, em absoluto, constituir um plus salarial.

O quarto aresto colacionado às fls. 304 justifica o conhecimento, uma vez que adota fundamentação oposta, no sentido de que a ajuda-alimentação visa cobrir despesas concernentes à alimentação quando o empregado extrapola sua jornada de trabalho, não integrando o salário, porque é verba de natureza compensatória.

Conheço.

3 - DEVOLUÇÃO DOS DESCONTOS

A hipótese admitida nos autos é de que os descontos salaríais efetuados pelo empregador, a título de seguro de vida e caixa beneficente, foram precedidos da autorízação do empregado, não tendo sido apontado qualquer vício de vontade, pois a Turma concluiu pela



devolução correspondente com base apenas na intangibilidade dos salários.

Não foi esclarecido se houve autorização do empregado por escrito, o que representa um traço de indefinição em relação ao Enunciado n° 342 desta Corte.

O terceiro aresto de fls. 304 é especifico e conflitante, pois considera a validade da autorização dos descontos, para a produção dos efeitos legais.

Conheço.

II - MÉRITO

1 - URP DE FEVEREIRO DE 1989

A repetição de julgados reconhecendo o direito adquirido dos trabalhadores ao reajuste relativo à URP de fevereiro de 1989 induziu o Tribunal Superior do Trabalho a sumular a matéria na forma do Enunciado nº 317 desta Corte, o que, entretanto, não mereceu respaldo do STF, que reconheceu a legitimidade da supressão do pagamento do respectivo percentual, ao entendimento de que os correspondentes dispositivos legais que regulavam a matéria teriam sído revogados antes que se completassem todos os elementos definidores do direito adquirido, o qual dependia de um prazo não transcorrido para seu exercício, circunstância que afastaria a hipótese de retroação das normas revogadoras. O respeito aos pronunciamentos da Corte, que tem a função precípua de intérprete maior dos dispositivos constitucionais, levou o Tribunal Superior do Trabalho a cancelar o referido enunciado e a direcionar-se em idêntico sentido interpretativo, reconhecendo que a hipótese de revogação das leis relativas à política salarial não produziu efeitos nocivos ao direito adquirido, porque inexistente a prestação de serviço nos meses da revogação.

Dou provimento ao recurso para excluir da condenação às diferenças salariais relativas à URP de fevereiro de 1989.

2 - AJUDA DE CUSTO-ALIMENTAÇÃO

O Regional decidira que "deferida jornada diária que supera em muito a 55 minutos de acréscimo, é devida a verba a titulo de ajuda-alimentação" (omissis) "nada a prover". (fls. 248).

Enganada pelos termos do recurso de revista - que pleiteara a absolvição na integração desta verba ao salário e

consequentes reflexos em outros títulos, mau grado inexistisse tal condenação (fls. 269) - a colenda Turma conheceu do tema "integrações", mas não conheceu do tema "pagamento da ajuda alimentação", mantendo assim a condenação do título principal. No tocante às supostas integrações - que não tinham sido objeto de aprecíação nas instâncias anteriores - manteve a inexistente condenação, quando tratou da matéria, já no mérito.

Nos Embargos, desapercebida da manutenção da condenação inexistente, defendeu o Banco o cunho indenizatório da parcela, a qual, ao seu ver, não constituiria um plus salarial.

Dentro de tal contexto é que se operou o conhecimento da matéria, por divergência.

Como se percebe, o tema devolvido, por desvio de tese imputável ao próprio Banco, é a natureza jurídica da ajuda alimentação do bancário.

Ora, se assim é, o embasamento fático da matéria já se encontra com trânsito em julgado. Com efeito, decidiu a Turma, em aresto que, no tópico, não sofreu ataque recursal que:

"B) DO PAGAMENTO DA AJUDA ALIMENTAÇÃO E MULTA CONVENCIONAL.

Além da questão em tela restar prejudicada face ao não conhecimento do pedido de exclusão das horas extras, o recorrente não demonstra nenhum dos requisitos de admissibilidade do recurso de revista, quanto à matéria.

NÃO CONHEÇO" (fl. 299).

Tratou-se, destarte, de confirmar ali a decisão regional, que dissera:

"AJUDA-ALIMENTAÇÃO E MULTA CONVENCIONAL

Deferida jornada diária que supera em muito a 55 minutos de acréscimo. é devida a verba a título de ajuda-alimentação.

Descumprida, portanto, a cláusula convencional correspondente a esta verba, correto o entendimento de Primeiro Grau. que deferíu a multa convencional.

Nada a prover." (fl. 248).

Do exposto, resulta que o que está em discussão é a natureza da ajuda-alimentação paga ao bancário por ultrapassar a jornada normal diária em mais de cinquenta e cinco minutos, ajuda-alimentação esta criada em norma convencional que prevê o seu pagamento, repita-se, toda vez que o bancário, sujeito à jornada normal de trabalho, a tiver ultrapassada em mais de cinquenta e cinco minutos.

Ora, a ajuda-alimentação assim concebida tem nítido caráter de ajuda de custo. É devida ao bancário, sujeito à jornada normal, quando prorrogada. Como a jornada normal do bancário só excepcionalmente pode ser prorrogada (art. 225 da CLT), seus hábitos alimentares e conseqüentes despesas são alterados de surpresa pela convocação para prorrogá-la. Para fazer frente às inesperadas despesas, recebe a ajuda de alimentação (§ 2° do art. 457 da CLT).

Dou provimento para excluir da condenação as diferenças decorrentes da integração da ajuda-alimentação ao salário e eventual repercussão em outras verbas que tenham o salário como base de cálculo.

3 - DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS

A Turma não reconheceu a licitude do desconto a título de seguro e caixa beneficente consentida pela empregada.

Os princípios protecionistas que integram a legislação trabalhista não podem ser desconectados de outros mais elementares e que dizem respeito à liberdade pessoal como um direito de manifestação da vontade.

Nesse sentido, foi editado o Enunciado nº 342 desta Corte, a justificar o restabelecimento da decisão regional.

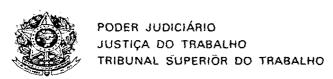
Isto posto, dou provimento para excluir as referidas parcelas da condenação.

III - CONCLUSÃO

Dar provimento aos Embargos para excluir da condenação as diferenças salariais relativas à URP de fevereiro de 1989, e reflexos a ajuda de custo-alimentação e a devolução de descontos e seus respectivos reflexos nas verbas salariais e resilitórias.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, I - Por unanimidade, conhecer dos embargos quanto ao plano econômico, por divergência jurisprudencial e por ofensa à norma constitucional e dar-lhes provimento para excluir da condenação o pagamento das diferenças



salariais e reflexos decorrentes da aplicação da URP de fevereiro de 1989; II - Por unanimidade, conhecer dos embargos quanto ao tema Ajuda - Alimentação, por divergência jurisprudencial e dar-lhes provimento para excluir da condenação as diferenças decorrentes da integração da ajuda alimentação ao salário e eventual repercussão em outras verbas que tenham o salário como base de cálculo; III - Por unanimidade, conhecer dos embargos quanto ao tema Devolução de Descontos, por divergência jurisprudencial e dar-lhes provimento para excluir da condenação a devolução dos descontos efetuados a título de seguro de vida e caixa beneficente.

Observação: os Excelentíssimos Senhores Ministros Milton de Moura França, Luciano de Castilho e Regina Rezende Ezequiel participaram apenas do julgamento ocorrido em 02/06/97, ocasião em que deixaram consignados seus votos, quanto ao conhecimento e ao mérito, no tocante aos temas URP de fevereiro de 1989 e Devolução de Descontos, bem como quanto ao conhecimento do tema Ajuda-Alimentação.

Brasília, 9 de março de 1998.

WAGNER PIMENTA

Vice-Presidente no exercício da Presidência

RONALDO LEAL

Relator